

A formação do cidadão republicano e o projeto político-pedagógico da Liga Nacionalista de São Paulo*

LOUISA CAMPBELL MATHIESON**

Em 1917, professores e alunos do ensino superior paulista, em especial da Faculdade de Direito de São Paulo, fundaram em São Paulo a Liga Nacionalista. Tratava-se de uma organização cívico-nacionalista, sendo consabido ter como metas principais: o combate ao analfabetismo; a instauração do voto secreto e obrigatório; e a instauração do serviço militar obrigatório. Para reconstruir a atuação política, mas, sobretudo, pedagógica da Liga Nacionalista de São Paulo, parte-se do pressuposto de que a conjuntura internacional da Primeira Guerra Mundial mobilizou os intelectuais da elite paulista a se organizarem visando a alcançar maior representatividade política. Assim, pressupõe-se que a guerra foi uma importante alavanca para que os movimentos nacionalistas debatessem os problemas internos ao Brasil, visto que o que estava em jogo nessas mobilizações não era apenas a preocupação com a guerra que há pouco eclodira na Europa, mas também uma grande oportunidade para a discussão dos problemas nacionais. Desse modo, tem-se como hipótese que a Liga Nacionalista surgiu como resposta ao descontentamento das elites intelectuais de São Paulo em relação ao contexto político, social e econômico vigente até então no Brasil. Este era “liderado” principalmente pelos cafeicultores paulistas; ou como Moreira (1982: 3) descreve, a Liga Nacionalista de São Paulo “apresentava uma proposta política alternativa de poder – num momento de descontentamento político e social – visando manter a hegemonia da classe dominante paulista no seio do Estado e da Federação”.

O movimento nacionalista teve início em 1915, quando, em conferência aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo, Olavo Bilac falou sobre os problemas nacionais e advertiu os jovens sobre problemas militares; “a campanha de Bilac representa a fase inicial de congregação de espíritos” (NAGLE, 1976: 45) da mocidade estudantil. É importante pensar por que a Faculdade de Direito foi o local de início da campanha cívica de Bilac e não outro local de São Paulo ou do Brasil. A escolha de São Paulo e, em especial, da Faculdade de Direito como palco da fala de Bilac pode ser entendida nos seguintes termos: o

* Pesquisa desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Carlota Boto e financiada pelo CNPq.

** Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

poeta acreditava que nesse local seria possível angariar os espíritos dos jovens paulistas para o seu projeto de construção da nova nação brasileira. Nessa fala histórica, Bilac expôs a falta de ideais, de crença e de esperança do povo brasileiro, isto é, a grande apatia social e desinteresse político que pairava no Brasil.

A Liga paulista apareceu em torno de uma agitação patriótica, com o objetivo de se (re)criar a nação como um de seus deveres cívicos. A Liga Nacionalista foi uma organização de caráter estadual, vinculada ao ensino superior paulista, mais especificamente à Faculdade de Direito de São Paulo, mas congregava também professores e alunos oriundos da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica (BANDECCHI, 1978: 5).

À primeira vista, o objetivo geral das organizações cívico-nacionalistas era a construção de um projeto de um novo homem para uma nova nação brasileira. O nacionalismo da Liga não foi instituído somente para se contrapor ao internacionalismo decorrente das ameaças externas da Primeira Guerra Mundial, mas também em vista dos problemas internos, como a preocupação com a integração nacional do imigrante, a instrução da população brasileira, a falta de representatividade política. Considerando que o Brasil “carecia de um povo”, a Liga almejava elevar o povo ao estatuto de cidadão para uma nova nação que se desejava criar. Havia uma noção de cidadania e de nacionalidade que precisava ser implementada para projeção de progresso do país.

Para efetivação de uma certa cidadania, um certo cidadão, uma certa democracia, a Liga carecia de uma sociedade ordenada pelos bons costumes e pelo trabalho, de sorte que era preciso trocar alguns valores correntes. Desse modo, conforme Carvalho (2010) destaca, a questão nacional que se colocava no Brasil, e em particular em São Paulo, no final do século XIX, era a do negro e do mestiço como pessoas incapazes. Foi a partir de teorias racistas, as quais davam o tom elitista do discurso paulista, que os imigrantes europeus brancos foram chamados a formar um novo país. Os imigrantes tinham a esperança de terra e de trabalho, e a elite brasileira, de embranquecer a população e torná-la mais apta para o trabalho. No entanto, a partir dos anos de 1910, com o receio de que os imigrantes se organizassem politicamente, muda-se o enfoque da questão nacional do negro para a população brasileira em geral, que precisava ser alfabetizada e instruída civicamente. Assim, era necessário incorporar a população brasileira à sociedade e, com isso, afirmar a cultura brasileira. Mas quem era o

cidadão que a Liga Nacionalista queria formar? Qual era o projeto que a Liga havia desenhado para a sociedade brasileira? (CARVALHO, 2010: 92-98).

Lourenço Filho (s.d.: 7-8) caracterizou este cenário no Brasil de “nacionalismo ativo”, pautado na obediência e na disciplinaridade social. Nesse sentido, seria na escola que se forjariam as ferramentas cívicas para se estruturar a nação almejada. Para a Liga, a educação significava o progresso, o futuro, pois não se teria nação se o povo permanecesse ignorante e tutelado, algo totalmente incompatível com uma sociedade moderna. Dessa forma, cria-se um discurso acerca do “bem” da educação, e a Liga torna-se a defensora da possibilidade de se frequentar a escola como meio de buscar um futuro melhor.

Como precisamente analisa Boto (1990: 179), “a mítica da nacionalidade vem acompanhada de um projeto pedagógico que traduz a feição do caráter nacional a ser impresso no povo brasileiro”. O “projeto pedagógico” da Liga lançava mão de diversos instrumentos para difusão das ideias nacionalistas, um para cada grupo que ela visava a atingir. Thomaz Lessa (1919), secretário da Liga Nacionalista, no relatório de prestação de contas das atividades da Liga Nacionalista, descreveu os gastos da entidade em torno dos mediadores culturais, dizendo que eles eram muito custosos para a entidade. Já Medeiros (2005: 87) descreveu os usos sociais dos mediadores:

[...] para cada grupo da sociedade, acionava-se uma estratégia específica. Alfabetização para os operários; conferências para os professores e profissionais liberais; artigos nos jornais para os leitores do OESP – a elite cultural e política do país; cursos de formação para os já alfabetizados; produção e publicação de livros e livretos para distribuição gratuita aos leitores em geral; cartas, moções e ofícios para congressistas estaduais e federais, governadores e presidentes.

A Liga atuava em diversas frentes, com o fito de atingir um maior número de grupos. Porém, apesar dessa atuação diversificada e de a Liga militar em uma campanha eminentemente cívica – por exemplo, em prol da instrução popular –, não se pode olvidar que os membros da Liga eram pessoas de uma elite intelectual. Seus fundadores tinham em comum, em sua maioria, a passagem pela Faculdade de Direito, ou alguma ligação com o ensino superior paulista, que se constituía como um local de formação da elite cultural. Como corolário disso, entende-se que as principais reivindicações da Liga estavam voltadas para classe média e para elite, e não para o povo, apesar de publicamente se apresentar como uma instituição eminentemente civil com metas destinadas à sociedade em geral.

Percebe-se, quando da defesa de questões cívicas – como a modernização do país, a alfabetização da população, a organização do trabalho –, um projeto pautado num discurso nacionalista atravessado pelo autoritarismo, seja pelo controle social, seja por prescrever o que seria melhor para o outro. Busca-se, então, efetivar um projeto social em nome da regeneração da pátria brasileira, mas pela reforma dos costumes e pela instalação de uma cultura profissional.

Nessa esteira, defendia-se, além do tipo social de cidadão, o espírito nacional, tendo em vista que os movimentos nacionalistas eram usualmente apresentados como decorrência da entrada maciça de estrangeiros no país (ANTUNHA, 1976: 135), os quais, não raro, eram considerados “superiores” aos brasileiros (BOTO, 1994/1995: 146). Lourenço Filho disse em entrevista concedida a Antunha (1976: 271) que “alguns críticos sociais em tudo isso enxergavam um grave perigo: a dominação dos nacionais, em sua própria terra, pelos estrangeiros”. Sampaio Doria (1923: 16), membro ativo da Liga, chamava a atenção: “a alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência. Só pela solução dela o Brasil poderá assimilar o estrangeiro que aqui se instala em busca de fortuna esquivada”.

No imaginário daquele tempo, os imigrantes eram mais cultos que os brasileiros, já que com a imigração formavam-se guetos linguísticos que incomodavam as elites, pois dificultavam a consolidação do que, à época, se acreditava ser a genuína cultura brasileira. Nesse sentido, a incorporação do estrangeiro fazia-se necessária. Lessa (1919: 11), no relatório de prestação de contas das atividades da entidade, descreve que os filhos de estrangeiro na escola precisam “ser ensinadas a nossa História e a nossa língua; poderão ser cultivados aqueles sentimentos que devem pertencer a todos os brasileiros, e destarte é possível nacionalizar os nacionalistas”.

Além do receio de que o Brasil pudesse vir a ser dominado pelo estrangeiro, tanto pela sua suposta superioridade quanto pela influência que exerceu sobre o movimento anarquista, os nacionalistas receavam também a insuficiência militar do país, a indiferença cívica, a baixa consciência política e o baixo teor cultural da população brasileira (ANTUNHA, 1976: 136). Assim, os movimentos nacionalistas firmaram-se, primeiramente, em organizações e agremiações das camadas médias e da elite, com o intuito de sedimentar “uma suposta cultura brasileira” (BOTO, 1994/1995: 146), cultuando a pátria, a língua e as instituições republicanas.

Essa atmosfera nacionalista, que foi tônica no final dos anos de 1910 e início dos anos de 1920 em São Paulo, pode ser mais bem dimensionada se recuarmos no tempo e lembrarmos que, a partir da década de 1910, o cenário paulista esteve marcado pelo grande descontentamento das classes médias urbanas e dos operários a respeito da forma pela qual o país estava estruturado. Como, com a República, as bases estruturais do Brasil pouco mudaram em relação ao Império, houve algum descontentamento tanto por parte daqueles saudosos da monarquia quanto por aqueles que esperaram do novo regime inovações que ele não pôde trazer.

As oligarquias, de acordo com interpretações de teóricos da política brasileira, serviram de entrave ao Brasil para o fortalecimento de um pensamento político voltado para o desenvolvimento urbano, estagnando o pensamento político da época, pois, aparentemente, não havia margem para outras formas de organização política. Além disso, as próprias oligarquias lidavam muito mal com a questão da democracia. Tratava-se de construir uma sociedade moderna, porém cativa de elites regionais que detinham o poder.

Uma vez deflagrada a Primeira Guerra Mundial, as conseqüentes mudanças estruturais na economia brasileira atingiram em especial a capital paulista. O efeito da guerra fez com que algumas iniciativas, até então bastante incipientes, começassem a ganhar força, a exemplo do crescimento das indústrias, da expansão das pequenas propriedades rurais e da ocupação de novas terras, em razão das necessidades nacionais ocasionadas pela dificuldade de importação de produtos. O mercado internacional foi fortemente afetado, provocando, de um lado, uma redução na produção do café brasileiro e, de outro, um incremento na produção industrial paulista, que passou a suprir o país com uma série de artigos.

Começam a despontar na sociedade paulista, até então muito estratificada, os primeiros fatores que iriam contribuir para o rompimento desta estratificação, como: crescimento da população, intensificação do urbanismo, surgimento da grande massa do proletariado urbano, ascensão social de colonos. Foi a partir dessas primeiras mudanças estruturais que algumas mudanças sociais e políticas vieram à tona, como inquietação e reivindicação sociais, insatisfação política da classe média urbana. Além disso, com o estabelecimento de mais pessoas na cidade, outros atores sociais começaram a surgir, a exemplo dos produtores de café, exportadores, burguesia industrial, operários, intelectuais.

No bojo dessas transformações, São Paulo firmou-se como centro urbano e

econômico, sendo um período de exacerbado crescimento da capital paulista e o início de transformações que se tornariam mais evidentes nos anos seguintes. Com a diversificação de atores, o cenário político passa por maiores reivindicações, tendo em vista os diferentes interesses individuais em jogo. Assim, cada qual queria buscar interferir nas decisões de ordem política com o objetivo de beneficiar a sua própria classe (PERISSINOTTO, 1997).

Miceli (1979) caracteriza a Primeira República por ter um projeto político hegemônico, encabeçado pelo Partido Republicano Paulista (PRP), dirigente político do Estado de São Paulo e, no limite, de todo o país. O aparato político do PRP era sustentado pelo pacto oligárquico constituído pelos coronelismos regionais que mandavam nos votos locais. Mas esse cenário, desde o início do século XX, começa a sofrer alterações, e o PRP passa a sofrer com as dissidências políticas, pois estas, aos poucos, principiam a desenhar uma nova estruturação social. Nesse cenário, Miceli (1979) destaca o jornal *O Estado de São Paulo* como pioneiro na dissidência política paulista.

Conforme Miceli, o jornal *O Estado de São Paulo*, ao passar para a família Mesquita, começa a arrecadar bens comerciais, acarretando reivindicações pela busca de maior representatividade política para o grupo, afinal eles se constituem como uma elite cultural e não rural. No quadro de reivindicações, há uma cobrança por maior representatividade política e uma certa lamentação com a ideia de uma República inacabada. Ademais, é importante lembrar que muitos dos articulistas do jornal *O Estado de São Paulo* tinham ou tiveram alguma ligação com a Faculdade de Direito de São Paulo, o que facilitou a divulgação da Liga após a sua abertura. Com todo apoio necessário de Júlio de Mesquita e, conseqüentemente, do jornal *O Estado de São Paulo* (BANDECCHI, 1982), a Liga Nacionalista teve importante suporte de divulgação de suas ideias, o que facilitou a sua visibilidade, pelo menos no tocante à classe média e à elite.

É importante ressaltar que o nacionalismo surgiu como um movimento que buscava agir em face dessas diversas transformações sociais e das agitações advindas da Primeira Guerra. Descontentes com a ausência de instituições políticas realmente representativas, os membros da Liga Nacionalista instituíram uma proposta alternativa à estruturação política vigente, pois, dentro de um “quadro de transformações políticas do período, a Liga, de fato, evidencia um momento do processo de diversificação de interesses dos grupos dominantes dos anos vinte” (MOREIRA, 1982: 47). É dentro desse processo de

diversificação de interesses políticos de representação que se deu a fundação da Liga.

Nesse mesmo sentido, Cássia Adduci (2004) trabalha com a tese de que o movimento nacionalista insere-se num contexto de transformações políticas e sociais, posicionando-se contrariamente à política oligárquica para poder alçar algum estatuto político, mas buscando “manter a hegemonia política alcançada após a instalação da República” (ADDUCI, 2004: 73). Moreira (1982: 78) escreve que, frente ao “monopartidarismo” político paulista, surgiram dissidências políticas, como as organizações cívico-nacionalistas, em geral em decorrência de problemas relativos à representação no jogo político. Entretanto, tratava-se de dissensões superficiais, pois os membros da Liga não almejavam uma mudança radical. Já Boto (1994/1995: 152) escreve que a Liga era uma “organização de uma elite intelectual” com o “interesse de se contrapor aos abusos do ‘espírito dominante’” das oligarquias.

A Liga Nacionalista criticava, por um lado, a estruturação política do país, denunciando as fraudes eleitorais e propagandeando a campanha do voto secreto. Por outro, pouco se questionava sobre as “questões sociais” da época, pois não desejava uma mudança radical, apenas maior representatividade política. Assim, o movimento nacionalista definia-se contraditoriamente: ao mesmo tempo que buscava elementos de preservação, buscava também elementos de mudança (NAGLE, 1976: 98). A Liga opunha-se ao “monopartidarismo” paulista perrepeista e, paralelamente, temia a constante ameaça de uma organização autônoma do operariado, visto que muitos desses operários eram influenciados pelo anarquismo difundido pela Revolução Russa. Frente ao “monopartidarismo” e a essa ameaça dos operários, a Liga desenvolveu campanhas em prol do alistamento eleitoral obrigatório, objetivando criar um maior número de eleitores e, com isso, diversificar a representatividade política. Simultaneamente, prevenia-se, com tal medida, contra eventual alteração drástica na estruturação do país, principalmente advinda dos operários.

Os operários, em sua maioria imigrantes, eram uma preocupação recorrente da Liga. Lessa (1919: 9), sobre o assunto, descreve: “cumpre notar que nós somos um país de imigrantes, onde portanto, é preciso cogitar dos meios de absorver os elementos alienígenas, impondo-lhes a nossa cultura, nossa língua, a nossa civilização”. Relembre-se que no final do século XIX e começo do século XX já se observava um expressivo crescimento da capital paulista, quando os imigrantes já representavam um número considerável da população e, por isso, a questão da consolidação da língua nacional era de caráter prioritário para a construção

da identidade nacional. Desse modo, ficava a cargo da escola disseminar a língua portuguesa para os estrangeiros, alfabetizar os imigrantes e a população brasileira (em grande parte ainda analfabeta) e, além disso, instruí-los civicamente.

A Liga identificava a premente necessidade de atuar frente aos operários, traçando caminhos alternativos diante de uma possível ameaça de organização política por parte deles. Assim, as escolas noturnas localizadas em bairros de população operária e destinadas aos trabalhadores foram uma das principais ações da Liga no sentido de indicar caminhos aos operários, alfabetizando-os e instruindo-os civicamente, isto é, “um trabalho de nacionalização, ao lado da guerra do analfabetismo” (LESSA, 1919: 11). As escolas da Liga tinham um objetivo certo para os membros dessa entidade: direcionar politicamente os estudantes operários. O que no limite significava dizer: formar um determinado tipo social de cidadão, ativo e orientado política e economicamente.

Tem-se que a escolarização do povo não se resumia à alfabetização do povo. Passava também pela necessidade de instruí-lo civicamente, ensinando-o a ser cidadão por meio das normas sociais de conduta. Além disso, os membros da Liga, de maneira geral, defendiam a instalação do voto secreto e obrigatório, ou melhor, de um possível “voto esclarecido”, em contraposição ao “voto de cabresto”, possibilitando com isso, outrossim, a expansão do corpo de eleitores, visto que na época a Constituição brasileira ainda não previa o direito ao voto para os analfabetos e para as mulheres. Nesse sentido, a Liga não se opunha aos princípios presentes na Constituição de 1891, que restringia o direito ao voto, mas se colocava a favor da alfabetização da população para que, assim, ela adquirisse o direito ao voto. Percebe-se aqui uma concepção elitista de política, em que os membros da Liga afirmavam que era sabido que a causa primordial de todos os nossos males era o analfabetismo, pois um povo ignorante corresponderia a um povo sem cultura cívica, sem higiene, sem capacidade para um grande número de profissões (LESSA, 1919: 7).

Para Doria, o eleitor tinha que ser preparado pela instrução, o que conferia ao povo a responsabilidade quanto à escolha dos governantes. Uma das três metas explícitas da Liga era a instalação do voto secreto e obrigatório, em resposta às fraudes eleitorais, fato comum daquela época; a Liga “batia-se a favor da verdade eleitoral, é certo, mas as suas campanhas visavam, de preferência, à educação do eleitorado” (PATI, 1950: 68). O voto secreto e obrigatório era uma forma de a Liga ganhar aliados do movimento operário, que

eram também contra os abusos do PRP. Os excessos cometidos pelo perrepetismo paulista eram denunciados pela Liga, visto que seus membros defendiam o voto secreto e sem fraudes. Tal ação seria uma maneira de se criarem rivais contra o PRP e, simultaneamente, fortalecer a Liga como instituição “democrática”.

Paralelamente ao discurso do voto secreto, a Liga também tinha como meta a alfabetização, a educação profissional e cívica da população. Assim, o discurso corrente da Liga baseava-se na difusão das primeiras letras, na aprendizagem de habilidades profissionais e de hábitos cívicos. Para Doria, “a alfabetização do povo é, na paz, a questão nacional por excelência” (DORIA, 1923: 16), e com ela se curariam “os males” que afetavam a sociedade.

O setor educacional foi decerto um dos mais visados pelos militantes da Liga Nacionalista. Sobre o assunto, Medeiros (2005: 118-119) diz que a educação era um princípio de ação de consenso entre os membros da Liga:

[...] a prioridade e urgência acerca da formação de uma nova mentalidade no povo. Tudo o mais dependia disso. A formação de uma opinião pública, a formação de um eleitorado e da própria nação como um país civilizado, segundo o modelo por eles escolhido, dependiam da formação do povo. Intenção que está patente em diversos discursos, conferências e produção escrita [...]. Observa-se que a direção da Liga Nacionalista entendia que, por meio da educação do povo, é que se atingiriam todos os outros objetivos.

Nesse contexto, o ensino da língua portuguesa e o combate ao analfabetismo foram uma das principais metas de ação da Liga, visto que, para os membros, enquanto a alfabetização não chegasse a todos os recantos do país, seria inútil tentar qualquer forma de coletividade política (LESSA, 1919). Como destacou Boto (1990: 179), “a mítica da nacionalidade” é baseada em um “projeto pedagógico”, que pode ser entendido pela ordenação social, visando à reforma dos costumes por meio do aprendizado de uma profissão e de hábitos cívicos. Adduci (2004: 80) assim caracterizou as ações educacionais da Liga:

No campo educacional, a defesa do ensino primário, a preocupação com o espraiamento da educação cívica e política, a inquietação com as ameaças representadas pelos imigrantes, a atenção redobrada com o fim do analfabetismo, além do cuidado nunca menosprezado com os jovens em formação nas escolas superiores. Os objetivos esperados da educação foram sempre muito claros: moldar, homogeneizar, disciplinar, normalizar, hierarquizar a população de acordo com as expectativas que tinham para o projeto nacional que desejam implementar.

Da educação não se esperava a simples alfabetização, a sociedade carecia de uma

redefinição de valores. Os bons costumes, a higiene, a profissão eram os princípios que precisavam ser ensinados ao povo para que se pudesse erigir a sociedade idealizada. A Liga defendia a instrução da população para que se pudesse concluir o projeto republicano inacabado, tornando o povo maior de idade e, no limite, cidadão. Há nesse discurso uma forma de republicanismo e uma crença de que com o povo instruído poder-se-ia ter finalmente uma verdadeira República. Boto (2010: 13) descreve com acuidade a mentalidade dos membros da Liga:

O voto deveria ser, então – como uma resposta àquela situação de precariedade de nossa república –, secreto e obrigatório. Mas, considerando que o voto a descoberto apenas evidenciava a ignorância das massas populares bem como a insensibilidade das elites dirigentes, seria preciso investir na educação do povo. Enquanto o povo não fosse esclarecido pela cultura das letras, ele continuaria arrastado por seus mandatários.

Assim, foi depositada na educação a esperança de consolidação de um novo regime e, conseqüentemente, da renovação da nação, sendo que a escola primária representava o símbolo da mudança e do novo. Desse modo, a educação era vista como estratégia de incorporação dos estratos mais baixos da população para se promover aceleração nacional, tanto pelo trabalho quanto pelo exercício político do voto.

Os nacionalistas percebiam o voto e a alfabetização como condições básicas para a democracia que se queria implementar no Brasil. De forma geral, a Liga Nacionalista pode ser definida, como conceituado por Nagle, por seu “entusiasmo pela educação”, ou seja, “existe a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 1976: 99-100). A solução do problema nacional do período seria a educação do povo, a qual, por sua vez, resolveria mediatamente todos os outros problemas nacionais. Esse contexto, para Nagle (2006: 285), é caracterizado por uma percepção romântica dos problemas da sociedade brasileira, em que há uma superestimação da educação.

Por outra óptica, Carvalho (1998), ao estudar a Associação Brasileira de Educação (ABE), percebe a dificuldade de se enquadrar um período exclusivamente por seu “entusiasmo pela educação” e um outro por seu “otimismo pedagógico”, ou seja, de acordo

com Nagle (2006), respectivamente, pela expansão da escola ou pela dimensão técnica¹. A partir dessa interpretação proposta por Nagle, a autora assinala uma miscelânea desses dois aspectos nas décadas de 1920 e 1930, sugerindo um enfoque metodológico na relação entre educação e política, e não em sua separação. Carvalho (1998: 139-141) ainda argumenta que é possível dizer que houve uma concepção romântica na crença pela educação, mas que esta concepção romântica não era ilusória, mas sim, e acima de tudo, um projeto cívico de unidade nacional dotado de uma intencionalidade política.

Nesse cenário de embates da educação como questão política e/ou pedagógica, emerge do discurso que a educação foi um local investido, tendo em vista o que se esperava que ela pudesse produzir na sociedade. Contudo, os membros da Liga não dimensionavam a educação de uma mesma maneira. Assim, justamente por a educação ser um local de tantas certezas – de um lado, a Liga pautava-se num discurso regulado pela crença da transformação social por meio da educação; de outro, na força que educação poderia exercer nas camadas mais baixas como uma possível forma de ascensão –, é que a educação pode ser entendida como um local missionário, depositário de tantas expectativas, porém se tornando ambígua em seus intentos.

Compreende-se, assim, que as discussões da Liga referentes à educação não caminhavam numa única direção, pois não era um debate homogêneo, mas sim difuso. Os membros da Liga transmitiam a crença de que a escola era capaz de predizer o futuro, de instaurar o progresso e alargar a economia. Para se alcançar o futuro próspero, a escola era defendida com afinco, sendo necessária a sua expansão para as populações até então marginalizadas. A defesa da escolarização da população passa por uma questão social de incorporação da população às normas e aos costumes, além da definição de uma profissão.

Há, nesse sentido, uma concepção de cidadania e, conseqüentemente, de nação. Entende-se, tal como o faz Carvalho, que “a questão do *direito* do cidadão à escola fica submetida ao *dever* deste de educar-se” (CARVALHO, 1998: 40). De modo geral, parece que os membros da Liga não estavam preocupados com o direito político de o povo frequentar a

¹ Nagle cunha dois conceitos: “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. “Enquanto o entusiasmo pela educação se manifesta pela alteração de um ou outro aspecto do processo e, especialmente, pelo esforço em difundir a escola (modelo) existente, no otimismo pedagógico pretende-se a substituição de um modelo pelo outro.” (NAGLE, 2006: 287). No primeiro caso, conforme Nagle, eram políticos da educação; enquanto no segundo, eram profissionais da educação, por isso a dimensão técnica.

escola, mas sim com um dever social de eles serem instruídos civicamente. De modo que buscavam o esclarecimento do povo, não sendo admissível que a população se mantivesse “ignorante”, pois isso seria incompatível com um projeto moderno de sociedade.

Ao lado dessa defesa de incorporação dos estratos mais baixos da população e dos operários/imigrantes por meio da escola, observa-se a peculiaridade da atuação de Sampaio Doria frente aos demais membros da Liga, conforme já destacou Antunha (1976: 145) ao dizer que Doria militava em duas frentes, a de jurista e a de pedagogo. A partir do estudo realizado por Medeiros (2005), Carvalho diz que a tese daquela pesquisadora aponta para Doria como militante particular, tendo em vista “a sua inegável competência intelectual em dois campos de fundamental importância para a Liga – o jurídico e o educacional” (CARVALHO, 2010: 29). Carvalho (2010: 32) avança ainda mais quando aponta Sampaio Doria e Oscar Thompson como responsáveis da Liga pelo projeto de difusão das escolas, bem como que as publicações de Doria foram feitas supostamente por iniciativas editoriais da Liga.

Em sua atuação, observa-se em Doria não só um administrador, um jurista ou um militante, mas também um pedagogo, com preocupações teóricas sobre o ensino. Certamente pela formação profissional, Doria e Thompson eram os membros da Liga que apresentavam clareza distinta na seara educacional. A despeito da multiplicidade de discursos sobre educação nas diversas atividades da Liga, Doria, diferentemente dos demais membros, apresenta uma preocupação pedagógica tanto da ordem dos métodos quanto da organização do sistema de ensino paulista. Nesse sentido, a defesa de Doria pela alfabetização da população caracterizava-se, como pioneiramente destacou Carvalho (2010: 118), por uma concepção educacional ancorada num método de ensino que seria capaz de alfabetizar a população em dois anos de escolarização².

Ana Maria Cavaliere (2003: 32) discorre acerca de outra faceta da Liga Nacionalista e de Sampaio Doria:

A convicção de Sampaio Dória no papel social da escola parecia vir ao encontro das necessidades e intenções do governo paulista. Essa identificação, entretanto, como ficou provado mais tarde, era bastante superficial. Os liberais de então,

² A título de explicação, vale destacar que Carvalho entende que, Sampaio Doria ao propor a Reforma de 1920, baseou-se num método de ensino que seria capaz de alfabetizar a população em dois anos de escolarização, o método intuitivo-analítico. Essa hipótese de Carvalho, de que a Reforma estruturava-se numa crença pedagógica de Doria, é de suma importância para se pensar num novo entendimento acerca da Reforma de 1920.

engajados num projeto antioligárquico de fortalecimento da nacionalidade e modernização da sociedade brasileira, estavam marcados pela proposta autoritária de higienização e regeneração física, moral e social da população brasileira, por meio da qual poderia ser alcançada a disciplina social necessária ao mundo moderno em construção. Para eles, a escola seria o elemento chave desse processo. Apesar do viés autoritário, o sentido geral de suas ações era reformista e progressista, ao contrário das forças oligárquicas no poder.

Conforme Cavaliere escreve, é sabido que a Liga era uma instituição elitista de cunho liberal e que a seus integrantes interessava buscar maior representatividade política, com um projeto de ordenação e controle social. Numa mesma linha, Adduci (2004: 81) escreve sobre a Liga: “desafio que se colocava para os nacionalistas liberais paulistas não era pois dos mais fáceis. Essencialmente conservadores, evolucionistas, elitistas e racistas, a tentativa que empreenderam de elaborar um discurso mais inclusivo viu-se, constantemente, limitada por essas características”. Apesar de haver, como Cavaliere assinala, um viés autoritário, e talvez mesmo de políticas paternalistas de distribuição de favores, das ações da Liga – pois havia um discurso pronto em que se definia para a população o que seria melhor para ela –, “contraditoriamente” pode-se perceber, por vezes, uma ação progressista da Liga, tendo em vista, por exemplo, suas defesas públicas a respeito da escolarização da população.

Se matizar ações da Liga entre conservadoras e progressistas parece ser uma tarefa difícil, pois muito facilmente cair-se-ia num juízo de decisores do passado, entende-se, em contrapartida, que não se pode deixar de pensar e problematizar as questões correntes de um período. Compreende-se, assim, que estava em pauta a discussão da necessidade da alfabetização da população, e os educadores, a partir de então, não mais poderiam fugir desse debate político. É certo que o discurso da Liga muitas vezes pode ser considerado ambíguo em seus intentos e de caráter elitista. Aqui, não se quer negar que a Liga tinha como meta recôndita consolidar interesses voltados para a elite paulista. No entanto, percebe-se que, ao lado da efetivação de um projeto de cunho elitista, a discussão a respeito da escolarização da população foi incentivada a partir da militância da Liga, mas principalmente após a proposição da Reforma de 1920 efetuada por Doria³.

A educação, nesse contexto, foi uma maneira de se alcançar a reforma social que

³ Apesar de um possível respaldo político da Liga, aqui não se debaterá qual foi o tipo de apoio que a Liga deu para a implementação da Reforma de 1920, muito menos a natureza das metas nela idealizadas, pois, tal como Antunha (1976: 145), entende-se que a Reforma foi obra pessoal de Doria, por conter pormenores tipicamente pedagógicos. Contudo, é possível perceber que há, conforme destacou Carvalho (2000b), uma pregação cívica nas bases da Reforma que foi tipicamente difundida pela Liga.

se desejava para emplacar uma suposta unidade nacional. Educar o povo era a condição social mínima para se efetivar a República que se almejava (o que permitiria uma disputa política, ou melhor, um pluripartidarismo que ainda não se havia visto no Brasil). Como dito, era um projeto liberal de sociedade, em que se associa a educação ao progresso, mormente econômico, do país. Assim, para que o país fosse próspero, eram requisitados cidadãos conscientes, moralizados, trabalhadores. Apresentam-se, aqui, as ambiguidades de um projeto que buscava ganhar aliados de outras classes sociais, mas que simultaneamente queria manter a hegemonia paulista, colocando-se nesta posição de poder.

Nesse sentido, tratava-se de um projeto que buscava a cidadania, sim; mas uma cidadania ordeira e disciplinada; contida e regrada; passível de ser conformada no modelo de uma sociedade estamental, hierárquica, verticalizada e impermeável a qualquer risco de revolução. Há uma dupla face na atuação da Liga Nacionalista. A ação propositiva de educar o povo pode fazer frente a aspectos tidos por perigosos de uma República e de um povo que poderia fugir ao controle de suas elites dirigentes. Educar a nacionalidade é formar um prospecto de República; é engendrar um rascunho programado de nação. Daí, o valor político da pauta da educação.

A intenção da Liga era política; a preocupação era com a ação e divulgação de um projeto; o objetivo era a intervenção contra os males da República instaurada na “intrincada engenharia” (CARVALHO, 2010: 25) do “pacto oligárquico”. Desse modo, a educação era entendida como possibilidade de prosperidade econômica e esclarecimento; em contrapartida, o analfabetismo era encarado como “doença” e como o “maior inimigo da Pátria”, devendo, por isso, ser combatido. Sampaio Doria e os demais membros da Liga acreditavam no fortalecimento da unidade nacional pela difusão da escolarização, isto é, como um problema nacional de primeira grandeza a ser enfrentado. Lourenço Filho (1976: 271, grifos do autor), na entrevista a Antunha, disse: “Reduzindo-se à extrema simplicidade, o problema assim aparecia: a restauração nacional exigia a restauração política: a **restauração política** exigia **eleitores**: eleitores exigiam alfabetização”.

Lourenço Filho resume em linhas gerais o projeto de ação da Liga, colocando a restauração nacional como seu objetivo geral, haja vista que os integrantes queriam maior expressão no cenário político, buscando projetar alterações no quadro de representação do poder. A restauração nacional exigia a restauração política, isto é, maior representatividade,

que seria construída a partir de eleitores, os quais precisavam ser alfabetizados. Para tanto, a alfabetização do povo era a pedra de toque da atuação política senão da Liga como um todo, certamente de Sampaio Doria, um dos principais mentores e divulgadores da instrução pública do povo nas primeiras décadas do século XX.

Em 1924, no governo de Artur Bernardes, a Liga Nacionalista foi fechada por conta de um decreto presidencial que proibiu suas atividades⁴. Após o fechamento, a Liga não mais retomou suas atividades. Conclui-se que a Liga Nacionalista foi uma forma de resposta ao contexto estrutural até então vigente no Brasil, no sentido de ampliar a representação política dos seus membros agindo frente aos problemas nacionais: combate ao analfabetismo e defesa do voto secreto e obrigatório, dando um novo sopro à estruturação brasileira.

Pode-se dizer, em suma, que o plano de ação que se inicia na década de 1910 só se consolidaria num plano de exigência de modernização do país a partir dos anos de 1920. Mas foi a partir do movimento de cisão com o PRP, iniciado pelo grupo *O Estado de São Paulo*, que a Liga Nacionalista torna-se um grupo da oposição da fração dominante de São Paulo, o PRP. “A Liga constitui o prelúdio da oposição democrática, pelo menos no que diz respeito aos principais tópicos de sua plataforma e à posição social de sua cúpula e do público que pretendia mobilizar.” (MICELI, 1979: 6-7). O movimento da Liga pode ser considerado um dos primeiros sinais de alarme da necessidade de modernização do Brasil e da criação de uma identidade nacional. É certo de que são movimentos peremptórios para se pensar o cenário em busca pela dissidência política, que só vai ser efetivada nos anos de 1920, quando, por exemplo, o Partido Democrático (PD) é fundado, em 1926. Esse partido se apresenta como relevante instituição para se pensar a consolidação das dissidências políticas no Estado de São Paulo.

Foi nesse contexto histórico de um país com uma estrutura política e social ainda marcadamente provinciana e com muitos mecanismos de articulação de poder da elite que a Liga Nacionalista foi fundada. Mas ao lado dessa estrutura, a partir dos anos de 1910, já começavam a se esboçar as primeiras movimentações sociais e reivindicações em São Paulo. Foi um momento de transformação da Primeira República por conta de uma crise socioeconômica, principalmente em razão da guerra mundial deflagrada. Em suma, havia, por

⁴ Em meio a diversas revoltas tenentistas em todo o país, São Paulo promoveu a Revolução de 1924, o que levou Artur Bernardes a bombardear São Paulo e decretou estado de sítio na cidade.

um lado, uma grande insatisfação da população urbana, tanto por parte dos setores médios quanto do operariado (MOREIRA, 1982). Por outro, havia uma arraigada estruturação política elitista de poder, baseada em arranjos políticos. Aqui está, portanto, a atmosfera em que a Liga Nacionalista de São Paulo teve origem projetando a construção de um novo povo para uma nova nação.

FONTES

- DORIA, Antonio de Sampaio. **Questões de ensino**. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1923. v. I. 137 p.
- LESSA, Thomaz. **Ação da Liga Nacionalista** – Relatório apresentado pelo Secretário Geral ao Sr. Presidente e demais membros do Conselho Deliberativo da Liga Nacionalista. São Paulo: Typ. Olegário Ribeiro, Lobato & C. Ltda, 1919.
- LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Prefácio. In: DORIA, Antonio de Sampaio. **Educação moral e educação econômica**: suas bases, sua aplicação na escola. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. p. 5-10.

REFERÊNCIAS

- ADDUCI, Cássia. Os nacionalistas liberais paulista e a construção da nação brasileira. **Lutas sociais**. São Paulo: Niels – PUC-SP, v. 11-12, p. 72-84, 2004.
- ANTUNHA, Heládio. **A instrução pública no Estado de São Paulo**: a reforma de 1920. São Paulo: USP, 1976. 297 p.
- BANDECCHI, Pedro Brasil. A Bucha, a maçonaria e o espírito liberal. In: **Cadernos de História** (Caderno 15), 1982.
- _____. A Liga Nacionalista. Separata repaginada e ilustrada. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo**, São Paulo, v. LXXIII, 1978.
- BOTO, Carlota. Nacionalidade, escola e voto: a Liga Nacionalista de São Paulo. **Perspectivas: Ciências Sociais**. Araraquara: Unesp, 17-18, p. 146-163, 1994/1995.
- _____. Política, democracia e instrução pública. **Revista Educação**: Especial “Educadores brasileiros”. São Paulo: Editora Segmento, 2010.
- _____. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho na Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998. 506 p.
- _____. Reformas da instrução pública. In: LOPES, Eliane; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- _____. **Sampaio Dória**. (Coleção Grandes Educadores). Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Editora Massangana, 2010. 156 p.
- CAVALIERI, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920.

- Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2003. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979. v. 2.
- MEDEIROS, Valéria Antonia. **Antonio de Sampaio Dória e a modernização do ensino em São Paulo nas primeiras décadas do século XX**. 359 p. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.
- MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Rio de Janeiro: DIFEL, 1979. p. 1-68.
- MOREIRA, Silvia Levi. **A Liga Nacionalista de São Paulo: ideologia e atuação**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira: III o Brasil Republicano 2. Sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial, 2006. p. 259-291.
- _____. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, 1976. 400 p.
- PATI, Francisco. **O espírito das arcadas** – Publicação dos antigos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. São Paulo: Gráfica São José, 1950.
- PERISSINOTTO, Renato. Classes dominantes, Estado e os conflitos políticos na Primeira República em São Paulo: sugestões para pensar a década de 1920. In: DE LORENZO, Helena Carvalho; COSTA, Wilma Peres da (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 37-70.
- PINTO, Sylviano. **Faculdade de Direito de São Paulo** – A Turma de 1908. Recordações em dezembro de 1928. São Paulo: Empresa Gráfica dos Tribunais, 1950. p. 41.